



Eixo: Ética, Direitos humanos e Serviço Social.

Sub-eixo: Ética, Direitos Humanos e enfrentamento das expressões cotidianas da alienação e da barbárie.

CRISE DO GOVERNO DILMA: A CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL E O “ENSAIO DESENVOLVIMENTISTA”

RAFAELA VIEIRA¹

Resumo: Este trabalho origina-se de estudos preliminares que buscam compreender os condicionantes e determinantes que levaram à crise da gestão petista no governo federal. Para tanto, abordamos a crise econômica internacional, com base em David Harvey, e a análise de André Singer sobre o “ensaio desenvolvimentista”, que para ele foi uma tentativa do governo de manter o crescimento na época da segunda fase de agravamento da crise e, ao mesmo tempo, foi responsável pelo enfraquecimento de Dilma.

Palavras-chave: Governo do PT; governo Dilma; crise econômica; “ensaio desenvolvimentista”

Abstract: This work originates from preliminary studies that seek to understand the determinants that led to the crisis of PT management in the federal government. To that end, we address the international economic crisis, based on David Harvey, and André Singer's analysis of the "developmental essay," which he saw as an attempt by the government to maintain growth at the time of the second phase of the crisis and, at the same time, was responsible for the weakening of Dilma.

Keywords: Government of the PT; Dilma government; economic crisis; "developmental essay"

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto dos estudos preliminares desenvolvidos no âmbito do curso de doutorado. O objetivo principal da pesquisa consiste em analisar o processo político que envolve a ascensão e a crise do governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), buscando compreender que elementos permitiram o êxito da gestão petista no primeiro momento, bem como as razões de sua crise, de modo a identificar quais eram as bases de sustentação do governo e de que forma elas ruíram.

Para tanto, temos procurado alcançar, inicialmente, alguns objetivos específicos, dentre os quais: compreender as diferentes conjunturas dos

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: <haphynah@hotmail.com>

governos Lula e Dilma e correlacionar o processo político brasileiro às mudanças globais, sobretudo as que dizem respeito ao capital imperialista.

O que será apresentado neste artigo é parte de uma pesquisa bibliográfica inicial que pretendeu compreender especificamente os efeitos da crise econômica mundial na política brasileira. Usamos, para isso, primordialmente, as contribuições de David Harvey (2011) sobre o funcionamento do capital, produção de crises e sua disseminação por distintas regiões do planeta; e André Singer (2016) acerca da tentativa da então presidente Dilma Rousseff de manter o crescimento econômico no momento em que o Brasil começou a sentir os efeitos da crise. Antes, porém, levantamos algumas hipóteses de análise que têm norteado o estudo até o momento.

2. ALGUMAS HIPÓTESES

Visando responder ao nosso objetivo geral, nossa hipótese principal é de que o governo do PT obteve êxito por cerca de 10 anos pela forma como se apresentou. Ao se intitular “governo para todos” e efetivamente tentar agradar a gregos e troianos – ou melhor, e mais adequado ao capitalismo: a capitalistas e trabalhadores –, a gestão petista foi capaz, ao mesmo tempo, de ter o apoio do empresariado, uma vez que este teve seus interesses atendidos, e dos trabalhadores, devido às conquistas sociais obtidas.

Sabe-se que a partir do século XX o Estado passou a absorver demandas da classe trabalhadora, de forma a atender parte de suas necessidades. Isso pode ser entendido, dependendo da orientação teórica adotada, como uma forma de geração de consenso, uma vez que, devido às lutas sociais, o Estado reconhece a força transformadora da classe oprimida e, com isso, busca criar estratégias para a manutenção do *status quo*.

Mas temos na história exemplos de governos que, originados em tradições progressistas, buscaram empreender reformas mais amplas em favor dos trabalhadores, e até mesmo exemplos de tentativas de transição socialista pela via institucional, como o chileno Salvador Allende.

Entre o final dos anos 1990 e início do século XXI, tivemos na América Latina o que alguns autores chamam de uma “guinada à esquerda”, com a

eleição de presidentes progressistas em diversos países do continente. Chase-Dunn e outros (2017) mapearam esses governos e os classificaram como reformistas ou antissistêmicos, sendo o petismo considerado reformista, enquanto governos mais radicais – isto é, os da Venezuela, Bolívia e Equador – foram considerados antissistêmicos.

Com efeito, Lula e Dilma investiram em políticas sociais de cunho compensatório, sendo o Programa Bolsa Família o carro-chefe, promoveram o aumento do emprego e do salário, possibilitaram avanços relativos à educação, à saúde e à assistência social (para além do Bolsa Família). Campello e Gentili (2017) asseguram que, entre 2002 e 2015, a desigualdade de renda caiu de forma inédita na história do país, e que, para além da renda que pode ser mensurada estatisticamente, o acesso a direitos, bens e serviços nesses últimos anos permitiu transformações na sociedade.

Mas foi também durante o governo Lula que os bancos bateram recordes de lucratividade. Escrevendo ainda neste período, Boito Jr. (2006) considerou que Lula promoveu a ascensão política da burguesia interna industrial e agrária, mas seu principal compromisso era com o grande capital financeiro. Segundo o ator, justamente por isso, o presidente foi protegido, naquele momento, pelos partidos burgueses e pela grande imprensa das denúncias de corrupção que assolavam o país.

Pelas razões acima apresentadas, acreditamos que, durante um longo período, o governo petista se baseou na conciliação de classes, e foi esse o motivo de seu êxito.

No entanto, a conciliação de classes não passa de uma ilusão momentânea, que pode parecer possível durante um determinado período, mas que não encontra respaldo na realidade. Isto é, faz parte da estrutura do modo de produção capitalista a divisão da sociedade em duas classes fundamentais: burguesia e proletariado, e as diferentes gradações destas. Por terem interesses antagônicos, sendo uma a produtora da riqueza social e outra a sua expropriadora, elas são essencialmente inconciliáveis. Assim sendo, quando o contexto mudou e o capital apresentou demandas que já não cabiam na proposta de conciliação do PT por serem radicalmente opostas aos

interesses dos trabalhadores, o modelo da gestão petista encontrou os limites que levaram à sua crise. Um exemplo destas novas demandas do capital é a lei das terceirizações, discutida no Congresso no início de 2015, sobre a qual as bancadas do PT, do PCdoB, do PDT e a própria presidente Dilma Rousseff se manifestaram contrárias.

É possível, dessa forma, que o governo Dilma tenha sido derrubado pelos seus poucos méritos. Isto é, por não concordar em fazer cortes nos direitos trabalhistas, nas aposentadorias e nos programas sociais, como exigiam setores do capital. Basta notar que foram justamente estas as primeiras medidas de Michel Temer ao assumir a presidência.

Cabe lembrar, ainda, a tentativa de redução dos juros bancários empreendida por Dilma entre 2011 e 2012, que seria, na análise de Singer (2016), uma tentativa da então presidente e sua equipe de manter o crescimento econômico a partir do momento em que o país foi mais fortemente atingido pela crise econômica iniciada mundialmente em 2008. É sobre essa questão que nos debruçaremos nas próximas páginas, compreendendo os fatores econômicos como elementos-chave no processo de derrocada da gestão petista, ainda que outros fatores possam ser importantes.

3. A CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL

Analistas divergem na abordagem acerca da crise econômica iniciada no Brasil no final do primeiro mandato de Dilma e agravada no segundo. Para uma parcela de economistas e outros intelectuais, o que se sucedeu no país é reflexo da crise internacional de 2008, que, embora ainda não tivesse, até aquele momento, surtido grande efeito por aqui, chegou com força por decorrência de uma segunda fase de agravamento da crise em 2011. Outra parcela atribui os problemas vivenciados em terras brasileiras a erros de gestão da presidente e sua equipe.

Por entendermos que as diversas economias nacionais estão intimamente conectadas devido ao processo de internacionalização do capital, que há séculos vem derrubando fronteiras com o intuito de se expandir e se valorizar continuamente, tendemos a concordar com a primeira vertente.

David Harvey, em *O enigma do capital e as crises do capitalismo*, nos traz um panorama geral sobre a crise surgida nos Estados Unidos em 2008 e os rápidos desdobramentos mundiais, e explica de que forma se dão as relações econômicas entre diferentes geografias.

Como sabemos, a mais recente crise do capitalismo teve início no bojo do mercado imobiliário estadunidense em 2008. Conforme o autor, em 2006 as taxas de despejo já começaram a dar sinais para preocupação, mas como até então o problema estava concentrado em bairro pobres, habitados por afro-americanos, hispânicos e mães solteiras, o fato não despertou atenção das autoridades nem comoção midiática. Foi somente quando o fenômeno atingiu a classe média branca, em meados de 2007, que começou a ser notado. Até o final daquele ano, 2 milhões de famílias perderam suas casas por não conseguirem pagar as hipotecas, e mais 4 milhões corriam o mesmo risco (HARVEY, 2011, p. 9).

O sistema financeiro, por sua vez, só foi sentir o baque do não-pagamento das dívidas no outono seguinte, quando o banco de investimentos Lehman Brothers decretou falência e outros estavam em grave situação. Rapidamente, a crise se espalhou pelas mais diversas regiões do mundo e para além do setor especulativo. De acordo com os dados trazidos pelo geógrafo, o comércio internacional caiu um terço em apenas alguns meses, matérias-primas foram desvalorizadas e o desemprego atingiu índices preocupantes.

No entanto, o autor avalia que, principalmente na Europa, as análises acerca da crise foram equivocadas, uma vez que ela foi atribuída a problemas internos dos Estados Unidos, quando era, na verdade, um fracasso do capitalismo. Para exemplificar as limitações das percepções nacionais sobre o funcionamento do capitalismo globalizado, Harvey cita a “ideia de que as indústrias de exportação da Alemanha prosperaram por conta própria, como se o boom de consumo endividado do outro lado do Atlântico não tivesse nada a ver com isso” (idem, p. 119). Poderíamos citar também o caso do Brasil, tanto durante o período de êxito da economia durante o governo Lula, quanto

durante a crise deflagrada no governo Dilma, em que dificilmente as análises conseguiram articular o processo brasileiro ao internacional.

Especificamente no capítulo seis, Harvey procura demonstrar a trajetória geográfica das crises e a relação entre os impactos e respostas políticas locais com as dinâmicas globais. Ele destaca que, constantemente, são construídos novos espaços e relações espaciais. Migrações são constantes há séculos, tanto de empresários quanto de trabalhadores, formando “redes que criam tramas intrincadas na dinâmica espacial da acumulação do capital (idem, p. 123). Dessa forma,

Paisagens humanas com diferenças geográficas são assim criadas nas quais as relações sociais e os sistemas de produção, os estilos de vida diária, as tecnologias e as formas organizacionais, as distintas relações com a natureza se reúnem com arranjos institucionais para a produção de locais com diferentes qualidades. Tais lugares são, por sua vez, marcados por distintas políticas e maneiras de viver. (idem, p. 123)

Ou seja, diferentes lugares do mundo, ao mesmo tempo em que preservam suas particularidades, são interdependentes. Mas isso, na visão do autor, não é bem compreendido pelas ciências sociais, incluindo a economia, que costumam analisar pequenas realidades sem articulá-las com o todo.

Harvey recorre a Marx, demonstrando que este, nos *Grundrisse*, havia sinalizado a necessidade do capital eliminar as barreiras do espaço e do tempo para conquistar todo o mercado terrestre. No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels já notavam o intercâmbio de matérias-primas e produtos acabados, o que eles entendiam ser o desenvolvimento de uma interdependência entre as nações. Isto quer dizer que a globalização não é algo do século XX, mas uma pretensão antiga do capitalismo. Este, constantemente, amplia sua capacidade de compressão do espaço-tempo, nas palavras do geógrafo. Alguns exemplos são: canais, ferrovias, estradas, telégrafos, telefones, entre outros.

O autor assegura que a diversidade geográfica, longe de ser uma barreira, é uma condição necessária à reprodução do capital, pois empresas que se desenvolvem em determinadas localidades poderiam não obter o mesmo êxito em outros locais com características distintas. Mas para garantir o

funcionamento dos fluxos de dinheiro, bens e pessoas, essa diversidade precisa estar articulada. Sobre isso, ele explica:

A geografia resultante da produção e do consumo é profundamente sensível ao tempo e custo de atravessar o espaço. Esses tempos e custos foram muito reduzidos pelas inovações tecnológicas e organizacionais, além da queda nos custos de energia. Os problemas de distância têm um papel cada vez menor na limitação da mobilidade geográfica do capitalismo. Isso não significa, porém, que as diferenças geográficas não importam mais. Precisamente o contrário: o capital altamente móvel presta muita atenção até mesmo nas pequenas diferenças nos custos locais porque geram lucros mais elevados. (idem, p. 133)

Ainda de acordo com o autor, a diminuição dos custos de transporte e comunicação pode fazer com que lugares antes estratégicos sejam desvalorizados pelo capital, que transfere escritórios ou fábricas para outras cidades; o que gera crises locais. Assim, temos essas pequenas crises constantemente, em diferentes lugares do mundo. No entanto, em determinados casos, crises que inicialmente são locais, podem desencadear uma espiral e criar crises globais. Ele afirma que isso foi o que ocorreu em 2008.

A crise começou de forma isolada em 2006, precisamente na Flórida e no sudeste dos Estados Unidos, e se tornou global entre 2007 e 2009. Aquele foi um caso de conexão entre urbanização, acumulação de capital e crise, o que, para o autor, merece atenção especial. Como em ciclos, a urbanização tem sido, num primeiro momento, a solução encontrada para a absorção de excedentes de capital e, num segundo, geradora de crises.

A partir da década de 1970, a urbanização, sempre financiada por dívidas, se tornou global. Exemplo disso são pequenas aldeias na China que hoje são metrópoles, bem como projetos megalomaniacos nos países à beira do Golfo Pérsico. Com isso, são produzidas mudanças no estilo de vida dessas populações de modo a criar nichos de consumo.

Cabe destacar ainda, como lembra o autor, o uso da violência para a destruição do velho, sobre o qual se constrói os projetos de urbanização. Mas nada disso acontece sem resistência. Segundo ele:

O direito a participar na construção da geografia do capitalismo é, portanto, um direito em disputa. Embora as relações de poder na atual conjuntura favoreçam, sem dúvida, a combinação de capital e Estado sobre todo o resto, há importantes forças de oposição. E tanto o capital quanto o Estado hoje estão na defensiva, suas alegações de que agem para o benefício de todos estão criticamente desacreditadas. (idem, p. 147-8)

No Brasil não é diferente. Podemos citar os despejos no Rio de Janeiro para a revitalização da zona portuária, batizada de Porto Maravilha, e em outras partes da cidade para outras obras idealizadas para sediar as Olimpíadas. Com efeito, nada aconteceu sem resistência, embora a força do Estado tenha, mais uma vez prevalecido.

Harvey, no entanto, publicou seu livro em 2011, momento em que a crise não havia chegado ao fim; fato que o impediu de abordar, naquela obra, o segundo período de agravamento da crise, ocorrido justamente em 2011.

Singer esclarece que naquele momento a Europa, e não os Estados Unidos, sofreu o baque maior. Com isso, países credores, como Grécia, Portugal, Espanha, Irlanda e Itália, impuseram conduta recessiva aos devedores. A contração se ampliou, atingindo diferentes países, a exemplo da China, que decidiu diminuir suas taxas de expansão. O crescimento mundial caiu de 4,1% anuais entre 2000 e 2008, para 2,9% no período entre 2009 e 2014 (SINGER, 2016, p. 27).

Até então, o governo brasileiro havia contornado bem os efeitos da crise. Em 2011, procurou dar sequência ao crescimento interno. Singer acredita que, mais do que isso, o governo viu aquele momento como a oportunidade propícia para colocar em prática uma nova matriz econômica. O que justificava mudanças significativas na condução da economia era o fato de ser necessário o crescimento do PIB em 5% ao ano para que fosse possível a continuidade das reformas do *lulismo*. Um crescimento menor do que isso colocaria em risco o combate à pobreza.

Este autor procura analisar a tentativa do governo federal, durante o primeiro mandato de Dilma, de implementar essa nova matriz. Ele se refere ao que ficou conhecido como novo desenvolvimentismo ou social-desenvolvimentismo. É o que veremos a seguir.

4. CRISE NO BRASIL, “ENSAIO DESENVOLVIMENTISTA” E O INÍCIO DA DERROCADA PETISTA

Em artigo publicado em 2016, Singer este busca analisar o curto período do primeiro governo de Dilma Rousseff no qual se tentou empreender um projeto desenvolvimentista. Em divergência com pesquisadores que se dividiram entre a utilização dos termos “novo desenvolvimentismo” e “social-desenvolvimentismo” para se referirem ao período, o autor prefere utilizar o vocábulo “ensaio desenvolvimentista” por considerar que ele remete, ao mesmo tempo, ao caráter efêmero da experiência e ao seu contorno vago.

Mas, concretamente, quais foram as medidas adotadas durante o primeiro governo de Dilma Rousseff que levaram analistas a considerarem que se tratava de uma nova matriz econômica? Singer destaca nove pontos, a saber:

- Redução dos juros: considerada a principal mudança, levada a cabo pelo então ministro da fazenda Guido Mantega e propagandeada pela presidente. Efetivamente, o governo abaixou os juros dos bancos públicos, pressionando, assim, os bancos privados a fazerem o mesmo para manter a concorrência.

- Uso intensivo do BNDES: este aumentou consideravelmente sua linha de crédito por meio de repasses recebidos diretamente do tesouro.

- Aposta na reindustrialização: foi lançado, em agosto de 2011, o Plano Brasil Maior, que previa a redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), a ampliação do MEI (Microempreendedor Individual), e mais de 280 outras medidas.

- Desonerações: além da desoneração da folha de pagamentos em alguns setores, houve a desoneração do IPI e do PIS/Cofins (Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), o Reintegra (Regime Especial de Reintegração dos Valores Tributários para as Empresas Exportadoras) e mudanças no regime de tributação do setor automotivo.

- Plano para infraestrutura: foi lançado um programa de investimentos em logística que previa altos recursos para rodovias e ferrovias.
- Reforma do setor elétrico: a medida provisória que previa baratear em 20% o preço da energia elétrica atendia tanto às indústrias quanto às camadas mais pobres da população.
- Desvalorização do real: o Banco Central agiu para desvalorizar o real, de modo a aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional.
- Controle de capitais: foram tomadas providências para impedir que a entrada de dólares valorizasse o real.
- Proteção ao produto nacional: aumentou-se os impostos sobre produtos importados e criou-se um plano para compras de mercadorias nacionais por setores públicos.

Segundo o autor, desde 2006, quando Guido Mantega ocupou o Ministério da Fazenda, já foram sendo criadas condições para uma maior intervenção estatal na economia. Um exemplo foi o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), lançado em 2007. Depois disso, em 2008, os bancos públicos adquiriram papel central na reorganização produtiva. Porém, o que diferencia Lula de Dilma, na visão de Singer, é que o primeiro foi conciliador, enquanto esta última optou por enfrentar frações da classe capitalista. Sobretudo devido à redução dos juros, a presidente desagradou ao setor financeiro, até então partícipe do pacto entre as classes estabelecido por Lula.

O curto ensaio desenvolvimentista seguiu tal cronograma, conforme relata o cientista político: logo no primeiro ano de Dilma, em agosto de 2011, teve início um período de redução dos juros bancários. O governo, além da efetiva intervenção na economia que colocava em vigor, resolveu publicizar suas ações. Em fevereiro de 2012, o Ministério da Fazenda declarou batalha contra o *spread*, afirmando, em seu boletim, que esse era elevado se comparado a outras economias. Este posicionamento foi endossado pouco tempo depois pelo presidente do Banco Central em audiência na Comissão de

Assuntos Econômicos do Senado, onde afirmou que a redução do *spread* havia sido estabelecida pela presidente como prioridade do governo. O mesmo se repetiu em falas de Guido Mantega e da própria presidente ainda no primeiro semestre daquele ano. Dilma, no pronunciamento em cadeia de rádio e TV de Primeiro de Maio, foi firme ao declarar guerra aos altos lucros do sistema financeiro brasileiro.

Pouco antes do pronunciamento de Dilma, os bancos estatais, após pressão governamental, diminuíram os juros e aumentaram limites de linhas de crédito para empresas e pessoas físicas. Com isso, visavam acirrar a concorrência com os bancos privados. Estes últimos, por sua vez, temerosos com as possíveis perdas, aceitaram, através de sua federação, a redução dos *spreads*, desde que tivessem algumas condições atendidas. Dentre as condições estava a diminuição de impostos e do depósito compulsório fixado pelo Banco Central. No entanto, a Fazenda, através de Mantega, negou veementemente os pedidos, fazendo com que os bancos recuassem e desistissem da chantagem. Nesse cenário, a presidente estava muito confortável para ir à televisão criticar os altos rendimentos do setor bancário.

O contexto continuou favorável durante os meses seguintes, nesse e em outros aspectos, a exemplo da taxa de desemprego de apenas 4,6%. Isso impulsionou os bons resultados para o PT nas eleições municipais de 2012. Singer considera que aquilo demonstrava que o projeto lulista estava “de vento em popa” (idem, p. 37).

No final daquele ano, o governo preparava, ainda, a diminuição do preço da energia elétrica, de maneira a contemplar tanto a indústria (já que se tratava de uma reivindicação da Fiesp), quanto a população pobre. Com isso,

O ensaio desenvolvimentista chegava ao auge. BNDES capitalizado e disponível para financiar a produção, assim como os bancos comerciais, algum controle sobre o fluxo de capitais, o real menos valorizado, a desoneração da folha de pagamentos em curso, a obrigatoriedade de conteúdo local em setores estratégicos e as encomendas da Petrobras, as compras governamentais e as tarifas alfandegárias voltadas para a produção nacional, o programa de investimento em infraestrutura lançado, o aumento do limite de endividamento dos Estados estabelecidos. (idem, p. 37)

Segundo a análise de Singer, o ensaio desenvolvimentista representou uma tentativa do *lulismo*, sob a gestão Dilma, de articular uma coalizão entre industriais e trabalhadores, que, no entanto, fracassou.

Após aquele período de aparente êxito da nova matriz econômica, compreendido entre meados de 2011 e final de 2012, a mídia tomou conhecimento de que algo não ia bem. Conforme relata o autor, o então presidente do Banco Central revelou à jornalista Miriam Leitão, em fevereiro de 2013, que a inflação estava fugindo do controle. O ministro da fazenda e a presidente tentaram desmenti-lo, mas os fatos não permitiram, com o próprio Banco Central iniciando um ciclo de alta de juros que durou dois anos e meio a partir daquele momento. Segundo o autor:

Num átimo, a situação mudara. Ao elevar sistematicamente a Selic, restabeleceu-se a dualidade típica anterior ao ensaio, na qual a Fazenda buscava meios de fazer a economia deslanchar e o BC apostava na contração, carreando recursos para os rentistas. A partir daí a nova matriz oferece resistência surda, crescentemente enfraquecida, à pressão em favor de um choque recessivo completo. Nos meses seguintes, além do aumento contínuo dos juros, o corte no investimento público, o aumento da taxa de retorno nas concessões, a diminuição das restrições ao capital especulativo e as privatizações na área de transportes foram pontilhando a volta atrás. (idem, p. 38-9)

Por outro lado, a ideologia neoliberal recuperava o fôlego graças aos organismos internacionais, como Banco Mundial e FMI, a corporações multinacionais, aos meios de comunicação de massa e veículos especializados em economia, como a revista britânica *The Economist* e o *Financial Times*. Todas essas vozes criticavam duramente o ativismo estatal e recomendavam o corte de gastos e, até mesmo, a demissão de Mantega.

Com isso, foi se criando um clima ideológico propício para reversão da matriz. A política econômica do governo Dilma passou a ser criticada também por analistas brasileiros, que enxergaram no abandono do tripé do neoliberalismo (controle da inflação com juros altos, superávit primário elevado e câmbio flutuante) a causa de um “desarranjo geral” (idem, p. 41).

A crise econômica começava a se fazer visível no cotidiano da população. Naquele contexto, irromperam as manifestações de junho de 2013.

Singer acredita que o caráter contraditório das manifestações, que misturavam esquerda, centro e direita, contribuiu para elevar a rejeição à presidente. Dentre os diversos questionamentos, estava a visão de ineficiência do Estado e reivindicações por reformas liberalizantes.

Em resposta às críticas liberais, Dilma reduziu efetivamente alguns gastos públicos entre o final de 2013 e início de 2014. Como resultado,

A condução monetária e fiscal contracionista, junto com a profunda desconfiança da burguesia, anularam as tentativas de elevar o investimento, o qual apresenta queda de 4,4% no ano eleitoral. Com o declínio da atividade econômica, cai a arrecadação, deixando o Estado vulnerável às propostas de ajuste fiscal que se tornarão avassaladoras. (idem, p. 42)

Em 2014, porém, foi possível manter os baixos índices de desemprego e a elevação do salário; o que ajudou Dilma a se reeleger. Durante a campanha, a presidente procurou garantir ao eleitorado progressista que não cederia ao cerco neoliberal, ao contrário de seus principais adversários. Foi afirmada a continuidade do projeto desenvolvimentista. No entanto, após se reeleger, Dilma fez o contrário: buscou um nome no mercado para o Ministério da Fazenda e deu início ao ajuste fiscal. Como justificativa, recorreu à longa duração da crise internacional.

Singer busca encontrar razões para o fracasso do projeto dilmista, que ele enxerga como uma tentativa de coalizão entre industriais e trabalhadores. Ele considera que o cerne da explicação está no fato da burguesia industrial sair, a partir de 2012, da coalizão produtivista e passar para a rentista. Tentando entender o motivo para esse deslocamento mesmo tendo o governo atendido às reivindicações do setor, o cientista político elenca quatro aspectos que julga importantes:

1. Uma característica da burguesia industrial brasileira é que ela é também rentista. Dessa forma, se por um lado, os baixos juros satisfazem os industriais, por outro, estes mesmo empresários desejam juros altos para terem ganhos em suas aplicações.

2. Taxas de desemprego muito baixas levaram os industriais a se afastarem do projeto dilmista. Isso porque perderam seu poder de barganha, o exército de reserva; resultando também na maior sindicalização, maior número de greves e aumento dos salários.

3. Mudança na relação entre burguesia interna e capital internacional a partir de 2008. A primeira estaria interessada em um realinhamento com os Estados Unidos, em detrimento dos acordos com a China.

4. Singer pega de empréstimo o argumento de Bresser-Pereira, segundo o qual, os setores produtivos são sensíveis aos argumentos rentistas. Portanto, estariam de acordo com as críticas feitas ao governo Dilma, que além do anti-intervencionismo, foi acusado de autoritarismo, incompetência e corrupção.

O autor buscou mapear os setores específicos que se afastaram da coalizão e as motivações que os levaram a isso. Concluiu que cada um se sentiu ameaçado por uma medida adotada pelo governo, como, por exemplo, os setores interessados na privatização das novas ferrovias e rodovias que foram frustrados com a notícia de que a presidente tinha interesse apenas em realizar parcerias público-privadas e pretendia limitar os lucros através da “modicidade tarifária”. Este último recurso foi usado também no reordenamento do setor elétrico. Importadores, por sua vez, se incomodaram com a desvalorização do real e as barreiras colocadas aos produtos importados, dentre outros setores que se indispuseram com o governo por motivos diferentes. Como frisa Singer, Dilma “comprou uma briga com o setor financeiro e se indispôs com parcelas do setor produtivo, sem se dar conta de que não possuía uma ampla base social para lhe dar apoio (idem, p. 52)”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Singer nos traz elementos importantes para pensarmos um momento decisivo da gestão petista, que consistiu no início de sua derrocada. Se, por um longo período, o PT buscou governar com base na conciliação entre as classes, Dilma, na avaliação do professor da USP, procurou priorizar uma coalizão que beneficiava apenas uma fração da burguesia, em detrimento da

outra. Se com Lula, o setor bancário manteve altos lucros, Dilma acreditou que a redução dos *spreads* impulsionaria a industrialização. A presidente e sua equipe ignoraram o fato de que burguesia industrial e financeira se mesclam.

No entanto, essa estreita relação entre essas duas frações da classe capitalista não é recente. Portanto, teriam mesmo os industriais se alinhado à coalizão com os trabalhadores e somente se deslocado para a rentista em 2012? Ou essa estratégia dilmista para manter o crescimento já nasceu fadada ao fracasso?

Ademais, Singer insere o contexto brasileiro ao externo, isto é, a fase de maior agravamento da crise em 2011, considerando que o ensaio desenvolvimentista foi uma tentativa local de manter o crescimento, face à queda do crescimento em nível global a partir daquele momento. No entanto, atribui o fracasso da nova matriz econômica apenas ao realinhamento de uma fração da burguesia, que teria passado de uma coalizão para outra, sem investigar de que forma a própria crise pode ter impossibilitado o sucesso da matriz.

Inegavelmente, Harvey e Singer contribuirão para o alcance de nossos objetivos de estudos, uma vez que tanto a crise econômica quanto a relação do governo com as diferentes classes e frações de classes estão diretamente relacionadas ao processo político que corresponde ao êxito e posterior crise do governo do PT.

REFERÊNCIAS

BOITO JR. Armando. A burguesia no Governo Lula. In. BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

CAMPELLO, Tereza; GENTILI, Pablo. As múltiplas faces da desigualdade. In. CAMPELLO, Tereza (coord). **Faces da desigualdade no Brasil**: um olhar sobre os que ficam para trás. Brasília: FLACSO/CLACSO, 2017.

CHASE-DUNN, Chistopher; et al. Movimientos sociales y regímenes progresistas em América Latina: revoluciones mundiales y desarrollo semiperiférico. In. ALMEIDA, Paul; ULATE, Allen Cordero (eds). **Movimientos**

Sociales em América Latina: perspectivas, tendencias y casos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017.

HARVEY, David. **O enigma do capital:** e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. **As contradições do lulismo:** a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016.